

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível      Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8002826-63.2020.8.05.0027      Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível      APELANTE: MARIA ANGELICA DOS SANTOS Advogado (s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS      APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.      Advogado (s): PERPETUA LEAL IVO VALADAO

ACORDÃO      APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXIGIBILIDADE DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO DA INICIAL POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. ALEGAÇÕES DÚBIAS E SEM CLAREZA ACERCA DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. INOBERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ PROCESSUAL E COOPERAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. APELO IMPROVIDO. Tornou-se comum a prática do ajuizamento de ações idênticas e com alegações genéricas e dúbias acerca da (in) existência de relação jurídica entre as partes, com o fito de impor todo o ônus probatório ao fornecedor do produto ou serviço e, contando com eventual desorganização empresarial, receber indenização por supostos danos morais suportados. Pelos princípios da cooperação e da lealdade processual, previstos nos arts. 5º e 6º do CPC, passou a ser impositivo o dever da parte em relatar, de forma clara e objetiva, os fatos sobre os quais se assenta a lide, além de formular pedido certo e determinado. Desta forma, cabe à parte autora afirmar, de forma inequívoca, se manteve ou não relação jurídica com o Réu (art. 77, I, CPC), bem como trazer provas que subsidiem, minimamente, o fato constitutivo do seu direito, a teor do art. 373, I, CPC c/c art. 6º, VIII, CDC. Caso em que a mera alegação de que não se recorda da contratação ou mesmo de ter recebido o valor correspondente demonstra carecer a parte autora de interesse processual, mormente quando o subscritor da petição inicial está sob suspeita da prática de advocacia predatória e outros crimes, em razão do ajuizamento de quase 50 mil ações contra instituições financeiras, além de também subscrever, conforme registrou o Magistrado a quo, mais de 3.000 processos semelhantes na Unidade Judicial de origem. Escorreita, nesse contexto, a sentença que extingue o processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, quando vislumbra o interesse escuso na propositura da demanda. Considerando quanto aqui disposto, a exigir adoção de providências pelos órgãos de controle, faz-se necessário dar ciência do conteúdo integral dos autos à Ordem dos Advogados do Brasil – Bahia, ao Ministério Público Estadual e à Polícia Civil do Estado. Sentença mantida. Apelo improvido. A C Ó R D Ã O      Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 8001323-07.2020.8.05.0027, sendo Apelante VIVALDO FRANCISCO PAIS e Apelado BANCO ITAÚ BGM CONSIGNADO S.A, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em negar provimento ao recurso. Sala das Sessões, em de de 2022. \_\_\_\_\_Presidente

\_\_\_\_\_  
Relatora      Procurador de  
Justiça      PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL      DECISÃO PROCLAMADA      Conhecido e não provido  
Por Unanimidade Salvador, 2 de Setembro de 2022.      PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível  
Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8002826-63.2020.8.05.0027      Órgão Julgador:  
Terceira Câmara Cível      APELANTE: MARIA ANGELICA DOS SANTOS      Advogado  
(s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS      APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS  
S.A.      Advogado (s): PERPETUA LEAL IVO VALADAO      RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta por Maria Angélica dos Santos em face de sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, a ação intentada em desfavor do Banco Bradesco Financiamentos S.A., nos seguintes termos:

“III – DISPOSITIVO 1 – Diante do exposto, por ausência de interesse processual, com base no artigo 330, inciso III, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a PETIÇÃO INICIAL e julgo extinto o presente processo, sem resolução de mérito, na forma do artigo no artigo 485, VI, do já referido Código de Processo Civil. 2 – CONDENO a parte autora em custas processuais, no entanto, SUSPENDO a exigibilidade da obrigação de pagar, ex vi do disposto no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.”

Irresignada, a Autora apelou (ID 24911402), requerendo a anulação da sentença. Em suas razões, relata que ingressou com a ação em decorrência de conduta negligente do Réu, em promover descontos indevidos em sua única fonte de renda. Sustenta que tentou resolver administrativamente a questão, sem sucesso. Afirma que o aumento de demandas de natureza declaratória ajuizadas contra as instituições financeiras decorre da desordem e falha na prestação de serviços ofertados por seus agentes. Assevera que não busca o Poder Judiciário como órgão consultivo, mas sim para que sejam seus direitos atendidos, especialmente diante da inércia do Réu na tentativa de solução administrativa. Diz que não pode ser exigido o esgotamento da via administrativa para a solução da demanda e chama a atenção para o fato de ter postulado a inversão do ônus da prova. Pontua que o Juízo tem criado dificuldades no acesso à justiça e que proferiu sentença sem antes oportunizar a manifestação nos autos. O Réu apresentou contrarrazões no ID 24911407, pugnando pela manutenção do julgado. O Julgador declinou do juízo de retratação e manteve a sentença proferida (ID 24911408). Remetidos os autos a este Tribunal e distribuídos a esta Terceira Câmara Cível, coube-me, por sorteio, o encargo de relatá-los. Com este sucinto relato, nos termos do art. 931 do CPC, encaminhem-se os autos à Secretaria para inclusão em pauta de julgamento, observada a faculdade das partes de realizarem sustentação oral (art. 937, VIII). Salvador, em 28 de agosto de 2022. Telma Laura Silva Britto Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8002826-63.2020.8.05.0027 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: MARIA ANGELICA DOS SANTOS Advogado (s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Advogado (s): PERPETUA LEAL IVO VALADAO

VOTO Cuida-se de ação declaratória de nulidade/inexigibilidade de desconto em folha de pagamento cumulada com repetição de indébito e danos morais proposta por Maria Angélica dos Santos em desfavor do Banco Bradesco Financiamentos S.A.. Na inicial, a Demandante relatou que é beneficiária do Instituto de Previdência Social – INSS e que, ciente das fraudes que ocorrem e inconformada com o valor do seu benefício, resolveu buscar auxílio para conferir se estava correto. Afirmou haver solicitado um extrato junto ao INSS, quando se surpreendeu com os contratos ali consignados. Noticiou que buscou orientação profissional e solicitou, de forma administrativa, cópia dos contratos com o Réu, que se manteve inerte. Em decorrência da inércia verificada, acredita que o contrato registrado em seu benefício, iniciado em 10/2017, tenha sido celebrado de forma fraudulenta. Pugnou pela inversão do ônus da prova, para que o banco seja compelido a comprovar a contratação, bem como pleiteou a declaração de ilegalidade dos descontos, com a suspensão, restituição em dobro dos valores descontados e indenização por danos morais. Com a inicial, dentre outros documentos, anexou o extrato de consignações em seu benefício (ID 24911389), extrato do imposto de renda (ID 24911390), protocolo de reclamação no sítio eletrônico “Consumidor.gov.br” (ID 24911392). Antes da citação, e sem intimação prévia da Postulante, o Magistrado primevo

proferiu sentença de extinção, sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual (ID 24911398). Ao fundamentar o julgado, consignou que a Autora apresenta, de forma genérica, diversas hipóteses que podem, em tese, macular a relação jurídica. Consignou que “importa anotar nos últimos meses foram propostas neste juízo infundáveis demandas idênticas, alterando-se tão somente o nome das partes e outros elementos pessoais que lhe são afetos, sendo possível contabilizar, mediante consulta ao PJe desta Unidade Judicial, mais de 3.000 processos semelhantes propostos pelo mesmo causídico”. Ademais, asseriu que “a parte autora propôs ação indenizatória, afirmando que 'não se recorda de ter realizado referida contratação junta à instituição bancária' e que 'acredita que o contrato averbado em seu benefício previdenciário esteja maculado', requerendo, ao final, que 'após analisados os documentos apresentados' e caso 'inexistindo concomitantemente os três documentos imprescindíveis, quais sejam, o contrato válido, autorização para averbação junto ao INSS, e a prova inequívoca de que os valores foram entregues a parte autora' seja a requerida condenação na repetição em dobro do indébito e indenização por danos morais”. Pontou que “a autora carece de interesse processual, pois o fato relatado de que não se recorda de ter realizado referida contratação junto à instituição bancária, tão pouco recebido o valor mencionado não encerra a necessidade de movimentação do Poder Judiciário, uma vez que basta a consulta à instituição bancária para obter informações e aos extratos para verificar se recebeu a quantia ou, ainda, não tendo êxito na via administrativa, requer, em juízo a produção antecipada de provas (CPC, art. 381) ou a ação de exibição (CPC, art. 396)”. Inconformada, a Autora interpôs a presente apelação. Seu apelo não merece acolhimento. Primeiramente, esta Relatora tomou conhecimento da advocacia aparentemente predatória praticada pelo causídico desta ação com a análise do Processo n.º 8002756-46.2020.8.05.0027. Diante da reprodução do modus operandi nesta ação, utilizarei dos elementos de informação daqueles autos para proferir o meu voto também neste processo. Pois em. A partir dos elementos de cognição do Processo n.º 8002756-46.2020.8.05.0027, é possível inferir que a prática verificada pelo Juiz a quo já chamou a atenção dos Tribunais de Justiça dos Estados de Santa Catarina e de Minas Gerais, inclusive com pedido de suspensão de ações em curso e cautela na análise de novas distribuídas (IDs 24802980 a 24802985). Nesse sentido, há, naqueles autos, Comunicado do Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas e Estatísticas – Numopede n.º 5/2019, no qual há recomendação para os juízes do Poder Judiciário de Santa Catarina verificarem com cautela e cuidado algumas demandas, dentre elas, as propostas pelo advogado que distribuiu essa ação (ID 24802980). Foi anexada, também, decisão proferida pela 3ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá/TJMT, que determinou a suspensão de todos os processos distribuídos por três advogados, dentre os quais o que representa a Apelante (ID 24802981). Consta da decisão que o causídico está sendo investigado pela prática de advocacia predatória e outros crimes (dentre estelionato, apropriação indébita, lavagem de capitais e organização criminosa), através da Investigação PIC n. 06.2019.00001797-6 – GAECO/MS, que tramita em segredo de justiça. O pedido de suspensão foi noticiado no site da “Folha Max”, em 06/06/2021, como se depreende do ID 24802984. O Ministério Público do Paraná, no âmbito territorial de sua atuação, igualmente, pugnou pela suspensão de todas as ações similares, patrocinadas pelo advogado em destaque (ID 24802983). O pedido foi motivado pela instauração de Procedimento Investigatório Criminal pela Promotoria de Justiça de Xambrê, localizada naquele Estado, após verificar

que o advogado é investigado pela captação de clientes idosos, analfabetos e indígenas. A prática também já foi rechaçada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (ID 24802985). No decorrer do trâmite processual, o Magistrado determinou a intimação do Autor para que ratificasse a outorga da procuração e, cumprida a diligência, a parte, embora tenha confirmado a sua assinatura, disse que foi procurada por alguém para que o contratasse. À vista disso, o processo foi extinto, sem resolução do mérito, ante a prática de captação de clientes, bem como foi determinada a expedição de ofício para o Numopede daquele estado, OAB/MG e Ministério Público. Repito que os eventos acima mencionados fazem parte do Processo n.º

8002756-46.2020.8.05.0027. Do relatado, constato que esta ação em nada se afasta da prática já verificada em outros Tribunais de Justiça. O modus operandi ora reproduzido indica ser possivelmente temerário o ajuizamento desta ação, o que deve ser veementemente repudiado. Não pode o Poder Judiciário, por certo, permitir que dele se valham eventuais aventureiros que, com a alteração da verdade dos fatos, visam a obtenção de vantagens ilícitas, em detrimento ou não da outra parte. Acresço aos argumentos que, com a moderna concepção processual, materializada com o advento do Código de Processual Civil de 2015, passou-se a buscar, em grau máximo, a concretização da justa aplicação do ordenamento jurídico ao caso concreto. Não por outro motivo, o CPC tem base principiológica, com disposição expressa de utilização de princípios e regras para viabilizar e melhorar o acesso à justiça (art. 1º). Dentro desse panorama, princípios insculpidos na CF/88 ou deles decorrentes passaram a ser previstos expressamente na norma processualista civil, dentre os quais o dever de boa-fé processual (art. 5º) e de cooperação (art. 6º). Dentre os deveres listados no art. 77 do CPC, tem-se o de não obrigar a parte adversa e nem o julgador a realização de atos processuais desnecessários, a fim de garantir o cumprimento do desiderato constitucional de duração razoável do processo. Mais que isto, as partes, os seus procuradores e todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, têm o dever de “expor os fatos conforme a verdade” e “não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa de direito”. No caso concreto, sem emissão de qualquer juízo de valor quanto ao mérito, constato que a Apelante não negou, em momento algum, a relação jurídica com o Apelado, buscando o Judiciário apenas pelas “desconfianças quanto aos empréstimos firmados em seu nome”, consignando como motivo justo para a propositura da ação que, “devido à idade e decorrer dos anos, não se recorda de ter realizado a contratação” e que “acredita que o contrato averbado em seu benefício previdenciário esteja maculado”. Diz, ainda, haver solicitado, de forma administrativa, sem êxito, cópia dos contratos com o Apelado, razão pela qual, em decorrência da inércia verificada, acredita que o contrato registrado em seu benefício, em 10/2017 e excluído 26 meses após, tenha sido celebrado de forma fraudulenta. Outrossim, após elencar as diversas variáveis que podem macular eventuais provas apresentadas pela parte contrária, formula pedidos condicionais ou genéricos, nos seguintes termos: “No mérito, após analisados os documentos apresentados e inexistindo concomitantemente os três documentos imprescindíveis, quais sejam, o contrato válido, autorização para averbação junto ao INSS, e a prova inequívoca de que os valores foram entregues a parte autora, requer que seja declarado ilegal os descontos por ela realizados na única fonte de renda da autora, bem como CONDENAR O RÉU a restituir em dobro o montante pago no valor de R\$ 2.666,96 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) determinando a cessação dos

descontos, se ativos, sob pena de multa a ser fixada pelo nobre magistrado". Diante de tais relatos, é forçoso reconhecer que, em prática que não é rara e nem nova, especialmente para o causídico que patrocina a causa, de repetição de ações alterando a verdade dos fatos para buscar indenização por danos morais inexistentes, a Apelante se vale de afirmações dúbias e anêmicas, relatando não se recordar de ter celebrado o contrato e postulando que o Apelado faça a prova de serem os descontos em folha devidos ou não. Conta, em verdade, com eventual desorganização empresarial e, na hipótese, com o decurso do tempo, visto reclamar de consignação que se iniciou em 10/2017 e foi excluído após o desconto da 26ª parcela, para ver-se compensada por prejuízos que acredita ter suportado. Contudo, pela narrativa e fatos expostos na exordial, sequer é possível inferir a existência de uma lide. Da mesma forma, não se pode extrair a verdade dos fatos por meio dos documentos apresentados como prova para subsidiar o pedido administrativo. Ao revés, a análise de tais documentos aponta para a simulação da Apelante ao tentar produzir prova mínima do fato constitutivo do seu direito, inclusive com o intuito de fugir de eventual multa por litigância de má-fé. Veja-se que, na inicial, o Apelante se identifica como "MARIA ANGELICA DOS SANTOS, brasileiro (a), maior, aposentada, portador (a) da CIRG nº 06.397.203-40 SSP-BA e CPF nº 955.425.905-00, residente e domiciliado (a) na Rua A, Nº 17, Agrovila 03, Centro, no Município de Serra do Ramalho/BA, CEP 47630-000". Contudo, ao registrar a Reclamação nº 2020.05/00003033099 (ID 24911392), indicou como endereço do mesmo MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS, sem nenhuma justificativa, a AV. JARDELINO JOSÉ MOREIRA, 1124, Bairro CENTRO, Cidade Iguatemi/MS – CEP 79960-000; Telefone: (67) 3471-3683, tudo a demonstrar o nítido propósito de dificultar ou mesmo impedir a localização de documentos comprobatórios de eventual contrato e o contato com a própria reclamante. A conduta contrária à boa-fé processual e ao dever de cooperação ganha relevo quando a parte, com o propósito de se valer do argumento de que o Apelado deixou de atender ao seu pedido administrativo, pratica ato inútil e se utiliza de dados de cidade e estado diversos daquele no qual sustenta residir, omitindo ter a negativa decorrido pela inobservância da formalidade de representação. Vejamos: "Reclamação consiste em envio de documentação onde há uma procuração, porém devido não possuir autenticação, é necessário a confirmação de dados para que não haja quebra de sigilo bancário. Houve tentativa de contato, sem sucesso, inclusive os dados (telefone e e-mail) fornecidos são do próprio advogado e não da cliente impossibilitando o contato e a identificação positiva. Ressaltamos que para realizar identificação positiva se faz necessário o contato telefônico efetivo, não podendo ser realizado por e-mail. O advogado se recusa a receber contatos telefônicos, vide texto: "Todo contato, deve ser realizado nesta plataforma, evitando, ligações telefônicas." Diante disso, solicitamos a recusa, pois de acordo com os termos de uso do site: 5. Das vedações ao usuário do site O usuário do site não poderá: xii. recusar a realização de identificação positiva nos casos em que esta for obrigatória por determinação legal;" De tudo quanto exposto, escorreita é a sentença impugnada, que indeferiu a inicial por não vislumbrar a existência de ameaça ou lesão ao direito, no entendimento de que "a autora carece de interesse processual, pois o fato relatado de que não se recorda de ter realizado referida contratação junto à instituição bancária, tão pouco recebido o valor mencionado não encerra a necessidade de movimentação do Poder Judiciário, uma vez que basta a consulta à instituição bancária para obter informações e aos extratos para verificar se recebeu a quantia ou,

ainda, não tendo êxito na via administrativa, requer, em juízo a produção antecipada de provas ( CPC, art. 381) ou a ação de exibição ( CPC, art. 396)". Demais disto, não se pode esquecer que o Advogado Luiz Fernando Cardoso Ramos, subscritor da petição inicial, está sob suspeita da prática de advocacia predatória e outros crimes, em razão do ajuizamento de quase 50 mil ações contra instituições financeiras, além de também subscrever, conforme registrou o Magistrado a quo, mais de 3.000 processos semelhantes na Unidade Judicial de origem. Referendar fraude, por certo, não é o papel do Poder Judiciário! Isto posto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso. Considerando quanto aqui disposto, a exigir adoção de providências pelos órgãos de controle, encaminhe-se cópia integral dos autos à Ordem dos Advogados do Brasil – Bahia, ao Ministério Público Estadual e à Polícia Civil do Estado. É como voto. Salvador, em de de 2022. Telma Laura Silva Britto Relatora